

Relator do arcabouço estuda travar gasto com servidor se meta estourar

Gatilho também poderia ser acionado para conter despesas com novas renúncias fiscais

Idiana Tomazelli e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O novo arcabouço fiscal pode ganhar gatilhos para conter o aumento de despesas com pessoal e a concessão de novas renúncias fiscais em caso de descumprimento da meta de resultado primário, disse nesta terça-feira (9) o relator da proposta, Cláudio Cajado (PP-BA).

O deputado afirmou que irá apresentar o relatório sobre o tema até esta quinta-feira (11) e, segundo ele, sugestões nessa direção foram mostradas por parlamentares. Ele evitou, porém, cravar um veredito sobre a inclusão ou não desses dispositivos no texto.

Em entrevista à **Folha**, o deputado já havia demonstrado a intenção de incluir gatilhos de ajuste nas despesas. A ausência de um comando mais rígido de medidas de reequilíbrio no texto do arcabouço fiscal tem sido um ponto frequente de críticas vindas de congressistas e agentes do mercado financeiro.

Interlocutores ouvidos pela reportagem afirmam que os gatilhos podem ser inspirados no artigo 167-A da Constituição, que foi inserido pela PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, em 2021, e continuará em vigor. Ele prevê medidas de contenção como vedação a aumentos salariais para o funcionalismo, realização de novos concursos públicos e concessão de novos incentivos fiscais.

A inclusão desses gatilhos, no entanto, vem sendo tratada como uma questão à parte da criminalização de si do descumprimento da meta. O governo tem a preocupação de evitar que um gestor seja punido pessoalmente, em seu CPF, caso o objetivo fiscal não seja cumprido.

"Existem teses de que, se você tenta criminalizar o não atingimento de metas, não permite ao gestor buscar metas ambiciosas. Ele coloca uma meta menos ambiciosa", disse Cajado em alusão da FPE (Frente Parlamentar de Empreendedorismo).

"Hoje [quem está envolvido nas discussões] não se pro-



O relator do novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA) Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

cupa tanto em criminalizar o gestor, mas sim em punir a gestão com eventuais gatilhos e sanções. Estamos estudando isso", disse o relator. De acordo com ele, haverá algum tipo de "enforcement" (termo em inglês que indica comandos para o cumprimento das regras), mas que não seja excessivo.

"Não devemos encarar as sanções de forma draconiana". Cajado reafirmou que deve incluir no texto do arcabouço os parâmetros que ditarão o ritmo de avanço das despesas, como havia antecipado em entrevista à **Folha**.

O projeto apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) prevê que os gastos vão subir de 0,6% a 2,5% acima da inflação por ano, mas essas referências seriam válidas apenas entre 2024 e 2027. Depois disso, a escolha dos parâmetros poderia ser feita na LDO (Lei de Diretrizes Orça-

mentárias)—enviada no primeiro ano de cada mandato e mais fácil de ser modificada por demandar menos votos do que um projeto de lei complementar.

A intenção do deputado é colocar esses números no corpo do projeto de lei, tornando-a mais custosa sua eventual alteração, no parecer.

Ele ainda reiterou que estuda modificar a lista de despesas que ficam fora do limite. O governo incluiu 13 exceções, entre elas aportes em empresas estatais não financeiras—lista que pode ser alterada no parecer.

O deputado afirmou ainda que aguarda a composição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a data da votação do texto em plenário. A expectativa no momento é que a apreciação da proposta ocorra na próxima semana. Mantido esse cenário, o relator preten-

Tebet prevê surpresa positiva na inflação de abril

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, tem uma expectativa positiva para a inflação no segundo trimestre de 2023 e espera "uma surpresa" no dado de abril, que será divulgado na sexta (12). "O valor da inflação sairá um pouquinho menor do que estava na expectativa", disse a ministra em sessão conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura do Senado. Segundo Tebet, a avaliação leva em conta as expectativas de analistas coletadas pelo boletim Focus, não uma informação privilegiada a que teria acesso por ser ministra.

de apresentar seu parecer até esta quinta-feira.

O deputado havia marcado para a noite desta terça reunião com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para discutir o relatório a ser apresentado. O governo sofreu uma derrota no Congresso Nacional neste mês na análise de decretos do Executivo relativos ao marco do saneamento. Cajado acredita, porém, que o arcabouço o Planalto não sairá derrotado.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), elogiou a atuação do relator. Ela participou de sessão conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura de maio desta terça-feira.

De acordo com ela, todas as sugestões de Cajado são analisadas pelas equipes técnicas dos ministérios da área econômica e muitas delas, como a

inclusão do piso da enfermagem dentro do limite de gastos, foram debatidas dentro do governo antes do envio do projeto ao Congresso.

"O arcabouço vem com o objetivo de controlar os gastos públicos, precisamos resolver o problema do fiscal."

Sinais positivos abrem espaço para alta do mercado, diz Verde

Lucas Bombana

SÃO PAULO Dados melhores do que o esperado sobre o ritmo de crescimento da atividade e a inflação abrem espaço para a valorização dos preços do mercado local, na avaliação da gestora de recursos Verde Asset, de Luis Stuhlberger.

"No Brasil, sinais positivos dos indicadores de crescimento e inflação e do campo fiscal começam a abrir espaço para valorização dos ativos de risco", escreve a gestora Verde em relatório de gestão divulgado nesta terça-feira (9).

Em paralelo a dados corretos que mostram maior resiliência do PIB local e do mercado de trabalho, o arcabouço fiscal e as medidas de recomposição de receita continuam reduzindo a percepção de risco dos investidores, acrescenta a casa de investimentos com cerca de R\$ 28 bilhões em recursos sob gestão.

Nas últimas semanas, grandes bancos iniciaram uma onda de revisões em série das projeções para o desempenho do PIB do país em 2023, na esteira de dados acima do esperado no primeiro trimestre impulsionados pelo mercado de trabalho aquecido e o agronegócio.

A gestora de Luis Stuhlberger assinala também que o Brasil teve sinais positivos em relação às receitas fiscais, com o governo obtendo "substancial vitória" no STJ na questão dos benefícios de ICMS na base dos impostos federais.

"O julgamento facilita o plano da equipe econômica para elevar arrecadação em até R\$ 150 bilhões por ano e, assim, reequilibrar as contas públicas. Nos cálculos do ministério da Fazenda, as mudanças sobre a incidência do ICMS na base de cálculo de IRPJ e CSLL podem render até R\$ 90 bilhões extras.

"Parece aumentar a probabilidade de que as metas fiscais de 2023 e 2024 sejam cumpridas", diz a Verde na carta, acrescentando que o cumprimento das metas permanentes como desafios importantes para o biênio 2023-2026.

Regra fiscal reduziu risco de cenário extremo de alta da dívida e pode baixar inflação, diz BC

Bernardo Caram

BRASÍLIA | REUTERS O Banco Central considera que a apresentação do arcabouço fiscal reduziu a incerteza associada a cenários extremos de crescimento da dívida pública, conforme ata do Copom (Comitê de Política Monetária) publicada nesta terça (9).

O documento reafirmou que, se o Congresso aprovar uma regra considerada crível e sólida, haverá uma tendência de um processo benigno de desinflação, embora ressalte que não há relação mecânica entre a regra fiscal e os níveis de preços.

"A materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia, o prêmio de risco associado aos ativos domésticos e, consequentemente, as projeções do Comitê", disse.

O Copom ressaltou que as expectativas de inflação se-

guem desancoradas das metas, tendo havido uma pequena deterioração, destacando que acompanha esse movimento com preocupação. No documento, o BC afirmou que no atual estágio da dinâmica inflacionária, o processo de redução de preços tende a ser mais lento, em meio a um ambiente com expectativas desancoradas.

No entanto, a ata reafirma a avaliação apresentada no comunicado da semana passada de que os cenários que poderiam requerer a retomada do ciclo de aperto monetário se tornaram menos prováveis.

O BC decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano na reunião mais recente, sem sinalizar um possível corte futuro da taxa básica, como tem sido cobrado pelo governo Lula, mas passou a ponderar que um cenário de novos aumentos nos juros agora é "menos provável".

O documento afirma ainda que, considerando a base de comparação com o ano passado, é esperada "uma queda relevante" no índice de preço acumulado em 12 meses até es-

te trimestre, com elevação do indicador até o fim do ano. E ressaltou que o movimento não altera a inflação subjacente e as perspectivas futuras.

O BC disse que os indicadores seguem corroborando o cenário de desaceleração gradual da atividade, em linha com o esperado. O documento, que em março falava em "sinais de moderação" do mercado de trabalho, agora afirma que a área de emprego "tem apresentado resiliência".

"O Copom antecipa um crescimento mais vigoroso na divulgação do PIB referente ao primeiro trimestre do ano, especialmente em razão da produção agrícola, seguido por moderação da atividade econômica em ambiente marcado por resiliência no mercado de trabalho", disse.

Ata afirmou que o ambiente externo se mantém adverso e o impacto dos episódios envolvendo bancos no exterior tem viés negativo para as condições financeiras e o crescimento global, embora tenha sido registrado um contágio limitado até o momento.

Recados da ata mostram influência da política no Copom

ANÁLISE

Alexa Salomão

BRASÍLIA Integrantes do Copom, pelo que vem sendo escrito nos comunicados e atas, se deixaram envolver na brigada pública sobre os juros com o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A ata desta terça-feira (9) tem exemplos dessa toada. Uma das afirmações que mais chamam a atenção é aquela destacando que o "Copom enfatiza que, apesar de ser um cenário menos provável, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

O Copom adota esse tipo de aviso desde antes do primeiro turno da eleição presidencial, como se houvesse algum risco de ele titubear. A permanência de tal destaque já vem sendo conside-

rada no mínimo "infeliz" por alguns economistas. O colégio existe para não hesitar nesses casos. Nem quem questiona o alto patamar dos juros hoje tem dúvida de que ele reagiria em caso de repique dos preços.

O texto também volta a pedir que se tenha, com a condução da política monetária, "paciência e serenidade". A recomendação é citada não uma, mas três vezes. Na ata da reunião anterior, tal recomendação foi citada duas vezes.

Impossível não ler a reiterada afirmação como um comentário direto para os integrantes do governo, especialmente a Lula, que tem intimamente perdido a paciência e a serenidade ao falar dos juros.

A ata aborda a questão fiscal e seus efeitos sobre a inflação em quatro parágrafos. Afirma que a apresentação da proposta de arcabouço fiscal reduz parte da incerteza nesse terreno. Porém, volta a afirmar que "não há relação mecânica entre a política monetária e o arcabouço fiscal". Pela descrição da ata, a cúpula do BC sinaliza que um fiscal rural contribui contra, mas regras novas, mesmo que funcionem, não pesam a favor.

Não foi a mensagem na ata de janeiro de 2017, após a pro-

vação do teto de gastos.

O texto da época lembra que todos os membros do Comitê reiteraram que a aprovação da emenda constitucional que travou os gastos públicos era "uma contribuição importante para a economia".

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já afirmou que a instituição não faz política fiscal, mas pode jogar luz sobre o debate. Pelo descrito nas atas, a voltagem pode variar.

O combate à inflação é um desafio global. As atas destacam isso. Entender a dinâmica dos preços durante e depois da pandemia se mostrou um novo tipo de desafio. Nem todas as velhas fórmulas funcionam. Os custos dispararam, elevando os preços de itens tão dispares quanto repolhos e automóveis. No gradual retorno à normalidade, ocorreram vários repiques, no comércio, na indústria e, mais recentemente, nos serviços.

Há uma desaceleração da inflação, gradual e nada homogênea. Boa parte dos preços estacionou em patamares elevados. Muitas convicções e pouco debate, o que vem sendo demonstrado tanto pelo governo como pelo BC não parecem o caminho mais racional para a solução neste momento atípico.